



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 178 - Maio 2012

NOSSA OPINIÃO

- **Trabalho, economia e empregos verdes**

O TEMA CENTRAL DESTA EDIÇÃO: MONOCULTIVOS DE ÁRBORES, EMPREGOS E TRABALHO

- **Trabalhadoras das plantações de dendê na Ásia: desigualdade de gênero e exploração**

A chegada de plantações de dendezeiros em grande escala, em geral, implica uma mudança importante na estrutura social e econômica das comunidades locais. Dentro desse contexto, as mulheres passam por uma situação especialmente grave.

- **Trabalhadores do dendê na América Central: a experiência da Rel-UITA**

Nas últimas décadas, a plantação monocultora de dendezeiros em grande escala se expandiu pelas regiões tropicais da Ásia, África e da América Latina. Conversamos com a Regional Latino-americana da União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e afins Rel-UITA (), organização que tem se envolvido em várias denúncias de violação aos direitos humanos e de conflitos sindicais vinculados à monocultura do dendê.

- **Brasil: eucalipto e precarização do trabalho em Mato Grosso do Sul**

Início a reflexão resgatando o que está intrinsecamente conectado, embora nem sempre visível: a relação entre a expansão do eucalipto e a migração temporária – símbolo maior da precarização do trabalho. Situação que, por si, desnuda a prática do complexo eucalipto-celulose, ancorada no discurso do desenvolvimento e progresso.

- **Indonésia: plantações de dendê prejudicam o direito à terra comunitária**

O direito ao trabalho é mais amplo do que o direito a um emprego. A terra tradicional e o conhecimento associado a ela são a base material do modo de vida, da cultura e da identidade de muitas comunidades rurais. Perdendo sua terra, elas perdem o direito ao trabalho – um direito humano.

POVOS EM AÇÃO

- **Apoia a luta contra Belo Monte, uma luta que ainda não acabou!**
- **5 de junio: Día de Acción Global en el camino hacia Río+20**

- Soberania alimentar: movimentos sociais conseguem que a FAO aceite debatê-la
- Plantações de eucalipto transgênico: e já são quatro...
- Não à expansão da Veracel Celulose S.A. no Brasil
- Projeto Ejolt apresenta relatório sobre o MDL na África

NOSSA OPINIÃO

- Trabalho, economia e empregos verdes

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem 160 milhões de pessoas que anualmente contraem doenças ligadas ao trabalho; 270 milhões de trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho e dois milhões que morrem por ano em decorrência desses acidentes ou doenças. O diretor-geral da organização, Juan Somavia, afirma que a 'economia verde', promovida pela própria ONU e principal ponto de pauta na conferência Rio+20 no próximo mês, deveria, portanto, trabalhar no sentido de promover lugares de trabalho seguro para todas e todos. No entanto, será que as atividades que serão estimuladas na economia verde irão forjar essa mudança necessária?

A 'economia verde' das monoculturas de árvores

Empresas que podem se beneficiar muito da economia verde são as que promovem a monocultura de árvores, considerada 'reflorestamento' pela Organização Mundial para Agricultura e Alimentação (FAO), ligada à ONU. A FAO prevê um aumento brutal dessas monoculturas, entre 40 e 90 milhões de hectares de 'florestas plantadas' até 2030, sem contar com a palma africana, o dendezeiro. No contexto da economia verde, muitas dessas supostas florestas serão plantações de monoculturas de árvores que possam fornecer energias 'verde', por exemplo:

(1) plantações que não só abastecem fábricas de celulose, mas que possam produzir também agrocombustíveis a partir da celulose em complexos industriais chamadas biorefinarias. Uma delas já está sendo construída na Finlândia.

(2) plantações de árvores de rápido crescimento de biomassa, por exemplo, para produzir carvão vegetal para abastecer fornos de siderurgias ou para produzir pellets de madeira para gerar energia na Europa. Estão sendo construídas várias usinas de energia na Europa para queimar madeira, sobretudo no Reino Unido.

(3) e plantações de palma africana (dendezeiro), sobretudo na Indonésia, para produzir óleo que será refinada para biodiesel, que possa ser queimada para gerar eletricidade ou abastecerão carros e aviões, principalmente na Europa.

Há também planos para mais milhões de hectares de plantações para 'vender' carbono, por exemplo, na Indonésia e na Índia, com o objetivo de 'abastecer' indústrias no Norte com 'créditos de carbono' a partir da falsa suposição de que esses 'créditos' compensariam sua poluição.

Os 'empregos verdes'

Nesse cenário, os países do Sul estariam sendo beneficiados com os empregos verdes. A própria FAO, em 2009, já falava que o 'manejo florestal sustentável' poderia gerar 10 milhões de novos empregos. Já que o manejo sustentável exercido secularmente pelos povos da floresta está cada vez mais ameaçado, e considerando o forte lobby da indústria que promove as monoculturas de árvores junto à FAO, só podemos chegar a uma conclusão: segundo a FAO, empregos verdes se criam quando se implementam plantações industriais de árvores que, aliás, não param de crescer.

Ao longo dos anos, o WRM tem relatado bastante as condições em que vivem trabalhadores, homens e também mulheres, em plantações de eucalipto, pinus, palma e seringueira. Esses trabalhadores costumam ser pessoas das comunidades locais e exercem atividades bastante perigosas, como aplicação de agrotóxicos ou manuseio de motosserras. Nos últimos 20 anos, temos visto uma crescente precarização das condições de trabalho desses trabalhadores com a terceirização e quarteirização das atividades, exigindo trabalho por produção, baixando salários, restringindo direitos e dificultando a organização sindical. Como criar lugares seguros para trabalhar nessas condições?

São esses trabalhadores que foram gravemente afetados pela crise econômico-financeira que estourou em 2008 quando a demanda global por produtos industriais reduziu. Muitos e muitas foram demitidos, vivendo o desespero do desemprego e pagando o preço por uma crise que eles não causaram, salvando as taxas de lucro dos donos das empresas. Esses trabalhadores podem até ser recrutados novamente, mas não têm garantia de trabalho a médio e longo prazo. O que as empresas querem é flexibilidade.

A tendência das empresas realizarem projetos industriais cada vez maiores tende a agravar o quadro. No Brasil, a situação no canteiro de obras da maior fábrica de celulose do mundo, da Eldorado Brasil, relatada neste boletim, não deixam dúvidas. Gera insegurança e até desespero na vida de trabalhadores, na sua maioria vinda de fora, e na população local.

Como criar lugares seguros de trabalho?

Muitas vezes, os trabalhadores temporários das empresas ligadas às plantações de monoculturas já foram posseiros e camponeses, um dia. Com a posse da terra, tinham segurança para trabalhar e podiam viver em paz, com um ambiente intacto, oferecendo riquezas como água pura, alimento, remédios naturais, etc. Essa é a história de comunidades na Indonésia que viam seu ambiente destruído por empresas de palma que prometeram que o dendezeiro ia melhorar sua vida. Desiludidas, decidiram lutar para retomar suas terras. Uma dessas histórias está relatada também neste boletim.

Em suma, avançar na ideia do trabalho seguro requer muitas medidas urgentes, algumas delas:

- políticas públicas que controlam e fiscalizam as empresas para verificar se respeitam os direitos dos trabalhadores e punir rigorosamente as empresas que os violam.

- políticas públicas que garantam os direitos territoriais de comunidades e suporte para suas produções de alimentos e outros, de modo que tenham a segurança para continuar trabalhando nas suas terras e, ao mesmo tempo, conservar a natureza da qual dependem.

- políticas capazes de parar o processo em curso de privatização e concentração de terras em nome de investimentos da economia verde, por exemplo, plantando monoculturas de árvores para biomassa e agrocombustíveis.

Essas medidas poderiam contribuir de forma concreta para se criar uma economia e trabalho decentes, assegurando e promovendo mais lugares seguros e por cima verdes, com a vegetação nativa conservada, para as pessoas trabalharem e viverem feliz.

Início

MONOCULTIVOS DE ÁRBORES, EMPREGOS E TRABALHO

- Trabalhadoras das plantações de dendê na Ásia: desigualdade de gênero e exploração



Na Ásia, assim como em muitas partes do mundo, as zonas de floresta vêm sendo habitadas por sucessivas gerações de comunidades indígenas, para as quais a floresta adquiriu uma importância em termos de identidade sociocultural e sobrevivência como comunidade. Entretanto, várias dessas áreas estão sendo arrasadas e substituídas por plantações industriais de dendezeiros, em muitos casos, concedidas pelo Estado sob o argumento de serem terras vazias ou ociosas!

A chegada de plantações de dendezeiros em grande escala, em geral, implica uma mudança importante na estrutura social e econômica das comunidades locais. A perda da terra que antes proporcionava parte do sustento as obriga a sair em busca de emprego, que, na melhor das hipóteses, pode ser encontrado na própria empresa agrícola. Mas nem sempre a população local é a contratada; às vezes, aproveita-se a mão-de-obra imigrante, mais vulnerável e, portanto, mais fácil de explorar com salários menores e maior carga de trabalho.

Dentro desse contexto, as mulheres passam por uma situação especialmente grave. Como documenta o relatório da organização FPP (1), as mulheres que encontram trabalho nas plantações tendem a cumprir tarefas de fumigação com pesticidas e fertilizantes tóxicos – como o paraquat – que expõem sua saúde a graves riscos. É bastante comum que elas não estejam informadas dos perigos desses produtos químicos, não recebam equipamento de proteção adequado e não contem com a proteção de normas de segurança.

A pressão para garantir a alimentação da família empurra as mulheres, em outros

casos, a emigrar em busca de trabalho e procurar outras fontes de renda. Segundo esse relatório da FPP, no Camboja, na Indonésia, em Papua-Nova Guiné e nas Filipinas, a prostituição está em alta e coincide com um maior número de casos de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis entre trabalhadoras das plantações de dendê.

Na Indonésia, com apoio de verbas do Banco Mundial, o governo de Suharto introduziu na década de 1980 o modelo de propriedades-núcleo. Nesse sistema, uma empresa plantadora de dendê não apenas obtém do governo uma concessão para estabelecer sua plantação industrial, mas também conta com “plantações-satélite” (chamadas de plasma) – propriedades de 2 hectares, de pequenos agricultores ligados a um esquema de transmigração. Nesse esquema, os pequenos produtores mantêm uma relação de dependência para com a empresa, que exerce sobre eles uma posição de poder ao ser o único agente comprador de sua colheita (relação monopsônica). Para as mulheres, a dependência é dupla, já que elas ficam relegadas ao marido ou ao pai, a quem a empresa-núcleo reconhece como interlocutores. Junto com as crianças, elas trabalham nas plantações de dendê, mas como meras ajudantes dos homens, o que significa trabalhar sem remuneração, segundo um estudo da SawitWatch e da Women’s Solidarity for Human Rights (2).

O programa de transmigração, que desde os tempos de colonização holandesa se impôs na Indonésia e gerou grandes deslocamentos populacionais, acabou sendo muito útil ao negócio das plantações de dendê e adotou os princípios de que o papel da mulher é ser a “cônjuge do marido”. A política discriminatória deste programa marginalizou as mulheres solteiras ou viúvas, que não têm sequer a capacidade de participar do programa e ter acesso a uma plantação “satélite” de dendezeiros.

Reduzidas à mera condição de esposas, as mulheres das “plantações-satélite” de dendê trabalham na terra realizando tarefas múltiplas: no início, limpeza do terreno, em seguida, tratamento da plantação – em geral, a aplicação de fertilizante com borrifador – e, por fim, a colheita, na qual elas geralmente se encarregam de recolher do chão as frutas caídas. De maneira indireta e sem retribuição, são trabalhadoras da empresa predominante, à qual a propriedade familiar fornece o dendê.

Essas tarefas se somam às domésticas. Mas mesmo quando trabalham junto com os homens, as esposas dos pequenos proprietários de plantações de dendê dentro do programa da transmigração na Indonésia não têm direito à terra nem são reconhecidas como proprietárias.

O estudo da SawitWatch e da Women’s Solidarity for Human Rights revela que várias mulheres das aldeias de Olumokunde e Kamba, na província de Sulawesi Central, passaram a trabalhar no viveiro de dendê da empresa Jaya Abadi, filial do grupo produtor PT Astra. Algumas delas trabalham em regime de contratação, mas outras o fazem sem contrato. As mulheres que trabalham contratadas levam os filhos para ajudar a terminar o trabalho mais rapidamente. A jornada de trabalho é de 7 ou 8 horas, com uma hora de descanso. Em geral, seu trabalho começa às 4 da madrugada, quando elas se levantam para deixar pronto o almoço da família. Em

2010, o salário subiu a cerca de 3,6 dólares (32.800 rupias indonesias) por dia; trabalhando um mês inteiro, a renda mensal poderia chegar a 86,5 dólares (786.800 rupias).

As trabalhadoras denunciaram que a empresa não lhes fornecia equipamento de proteção, nem ferramentas adequadas, e muitas vezes, elas próprias tinham que levar instrumentos como facão, enxada e balde. O relatório apresenta o testemunho de uma das trabalhadoras do viveiro, que diz:

“Quando começamos a trabalhar, a empresa não nos forneceu as ferramentas adequadas. Só nos deram um pano para usar no rosto. Somente nos últimos meses a empresa nos deu uma máscara e outras ferramentas”.

Esta última melhora, na verdade, foi resultado da reivindicação das trabalhadoras, expostas a produtos tóxicos como o Matador, um inseticida do laboratório Syngenta, cuja descrição mostra possíveis efeitos corrosivos para olhos e pele, que pode ser letal se inalado, causar irritação respiratória e provocar reações alérgicas na pele. Elas também usam Decis, um inseticida do laboratório Bayer, definido como tóxico para peixes, organismos aquáticos e abelhas, em cuja descrição se adverte que pode produzir efeitos crônicos sobre a saúde humana, além de causar grave irritação ocular, e que pode ser fatal se for absorvido pela pele ou inalado.

Segundo dados obtidos pela clínica comunitária de Olumokunde, muitas das trabalhadoras consultam em função de dores lombares, rigidez, erupções e alergias em geral. As trabalhadoras denunciam que a empresa não fornece qualquer tipo de tratamento para os problemas que as afligem como resultado do trabalho no viveiro.

Alguns testemunhos coletados pelo estudo:

“É perigoso trabalhar na empresa, há muitas doenças ou problemas de saúde. Temos que sair de casa às 4 da manhã e só voltar no início da noite. As crianças ficam sem assistência”. “Trabalhar na plantação (da empresa) é muito difícil... é preciso suportar o calor e a chuva. Além da responsabilidade da casa, há o trabalho fora, desde a manhã até o início da noite, e quando se chega em casa ainda tem mais coisas por fazer”.

Antes de sua presença nas plantações, grande parte das mulheres das aldeias trabalhava nos campos de arroz. Depois da colheita, tinham tempo livre e costumavam realizar várias atividades sociais em feriados, como o 17 de agosto, dia de celebração da Independência. As mulheres participam ativamente de competições esportivas e atividades artísticas comunitárias, como grupos vocais. Mas agora, queixam-se algumas, quase não há mais tempo livre para essas atividades. “A presença da plantação de dendê está matando a arte da comunidade, principalmente para as mulheres. Prova disso é o fato de que elas já não participam de competições nas celebrações de 17 de agosto”, revela ibu Lianaka mama Yosua.

A perspectiva de obter um salário no viveiro ou na plantação industrial se tornou um atrativo para muitas mulheres que desejam complementar a renda familiar. A entrada

na economia monetária também provocou uma mudança no estilo de consumo; compra-se mais e as compras a crédito introduziram o endividamento, antes praticamente inexistente, e que, por sua vez, as acorreta ao trabalho assalariado e à empresa.

Não restam dúvidas de que, na Ásia, o trabalho nas empresas de dendê não melhorou a situação das mulheres, como revelam distintos estudos; a desigualdade de gênero continua e se aprofunda, e a ela se soma a exploração no trabalho, tanto em plantações industriais quanto nos viveiros.

Artigo baseado nos estudos: (1)“Oil Palm Expansion in South East Asia: Trends and implications for local communities and indigenous peoples”; Forest Peoples Programme, Sawit Watch e outros, julho de 2011, <http://www.forestpeoples.org/oil-palm-expansion-in-south-east-asia-trends-implications-local-communities-indigenous-peoples>; (2)“The Oil Palm Plantation System Weakens the Position of Women”, Sawit Watch and Women’s Solidarity for Human Rights, 2010, http://wrm.org.uy/subjects/women/OilPalm_women_SW.pdf

Início

- Trabalhadores do dendê na América Central: a experiência da Rel-UITA



Nas últimas décadas, a plantação monocultora de dendezeiros em grande escala se expandiu pelas regiões tropicais da Ásia, África e da América Latina.

Conversamos com Giorgio Trucchi, correspondente na América Central da Rel-UITA (Regional Latino-americana da União Internacional de Trabalhadores da Alimentação e afins), organização que tem se envolvido em várias denúncias de violação aos direitos humanos e de conflitos sindicais vinculados à monocultura do dendê.

- A Rel-UITA tem sindicatos filiados na maioria dos países da América Latina entre seus filiados na América Central. Existem sindicatos do setor de dendê?

A situação dos trabalhadores do dendê é muito semelhante nos diferentes países da América Central: é impensável que existam sindicatos do dendê. Nós demos prosseguimento ao processo de expansão na Guatemala, em Honduras e na Nicarágua, onde a terceirização e as pressões empresariais impedem a sindicalização.

Segundo testemunhos de pessoas que trabalham ou trabalharam em plantações de dendê, é impossível se organizar, porque a atitude da empresa é a demissão imediata, às vezes, até mesmo colocar a pessoa em uma lista negra para que depois ela tenha problemas para encontrar trabalho em outras propriedades. Os grandes fazendeiros adotam essa mesma política.

Outro tema específico é que os donos dessas propriedades que têm plantações de dendê quase não aparecem, e quem trata com os trabalhadores é o intermediário, uma pessoa radicada no lugar, que conhece muito bem a região e as

necessidades das pessoas. Essa pessoa negocia de forma direta com a empresa uma determinada proposta de trabalho: quantidade de hectares a plantar, montante e condições de pagamento (por tarefa ou por jornada), condições de alimentação para os trabalhadores e a porcentagem que receberá por trabalhador. Depois de aceitar o negócio, o intermediário vai procurar pessoas.

- Como são as relações de trabalho entre trabalhadores e intermediários?

Em geral, podem-se diferenciar quatro tipos de relações de trabalho:

Trabalhadores permanentes com contrato, a quem se pagam todos os direitos sociais. Nessa categoria se encontram administradores de confiança, capatazes ou engenheiros; nunca os trabalhadores dedicados à colheita ou a outras tarefas vinculadas diretamente à plantação.

Trabalhadores permanentes sem contrato, que não têm acesso a direitos sociais, mas que, em alguns casos, chegam a acertar o pagamento de previdência social.

Trabalhadores temporários locais, que moram com suas famílias na comunidade próxima à plantação, onde possivelmente têm um terreninho próprio no qual plantam para subsistência, mas, para completar a renda, trabalham por temporada nas plantações, sem contrato e sem qualquer tipo de direito social.

Os trabalhadores temporários que vêm de longe. Quando necessita contratar gente por temporada, o intermediário faz um chamado por diferentes meios de comunicação em outras regiões do país. As pessoas que não têm emprego em suas comunidades e que respondem a esse chamado acabam morando em condições muito ruins dentro das plantações, sem direitos sociais, longe da família, sem o sustento que obtinham de sua terra. Ficam à mercê dos vaivens das temporadas ou safras de trabalho e às condições que lhes imponham intermediários e engenheiros.

Uma estratégia que se aplica aos trabalhadores não permanentes é contratá-los por dois ou três meses (dependendo do país) e depois demiti-los. Eles passam um mês em casa e depois são recontratados, o que permite não registrar nada no Ministério do Trabalho nem fazer os seguros.

Mais de 90% dos trabalhadores não têm direitos sociais, trabalham em regime de subcontratação e, além disso, sofrem a pressão de saber que atrás deles há uma lista de pessoas esperando ocupar seu lugar. Portanto, é praticamente impossível que essas pessoas se organizem em sindicatos para exigir seus direitos ou sequer reivindicarem melhoras nas condições de trabalho.

- Esse modelo de produção em grande escala e com uma espécie exótica implica o uso de altas quantidades de agrotóxicos. Isso teve algum impacto sobre a saúde dos trabalhadores/as?

Sobre esse tema se fala muito pouco, quase não existe informação por causa da falta de registros, o que é consequência do alto grau de terceirização e precariedade trabalhista. Conversando com trabalhadores, todos dizem que faltam medidas de higiene e segurança na aplicação de agrotóxicos e que não são

oferecidos os equipamentos de proteção necessários. Muitas vezes, as mochilas com as quais se aplicam os produtos vazam sobre o corpo dos trabalhadores; há casos de intoxicação, mas tudo se “resolve” com o intermediário, que é quem assume os riscos. Os trabalhadores, os quais, com sorte, recebem atendimento em hospitais públicos, acabam com dificuldade de ter acesso aos medicamentos ou dar continuidade ao tratamento; se não trabalham, não têm dinheiro. Isso sem falar de enfermidades permanentes ou mortes, nas quais ficam em situação de total desamparo. As empresas se mantêm alheias a essas situações, não se responsabilizando por nada do que aconteça nas plantações.

-A expansão da monocultura do dendê implica uma mudança no uso e na propriedade da terra. O que havia nessas terras antes que fossem ocupadas pelas plantações de dendê?

Tanto em Honduras, na Guatemala, quanto na Nicarágua, o dendê substitui outras monoculturas (bananeiras, algodão, cana) destruídas por fenômenos climáticos ou por quedas de preço no mercado internacional, o que já não os tornam tão convenientes, mas, acima de tudo, também ocupa terra que antes estava em mãos de comunidades camponesas e indígenas.

Um dos principais impactos da monocultura do dendê é a concentração e o controle das terras em poucas mãos. Os grandes empresários chegam para comprar a terra das comunidades indígenas e camponesas. Em muitos casos, isso não é simples, as comunidades que vivem nelas há séculos com seus cultivos de subsistência, sua cultura, se negam a vender. São muito poucas as famílias que decidem vender voluntariamente; o comum é que isso aconteça por meio de ameaças e repressão ou através do engano, com promessas que nunca se cumprem. Um exemplo claro disso é a situação do Baixo Rio Aguán, em Honduras.

Diante dessa situação, as famílias reagem de maneira diferente; algumas se negam a vender a terra e resistem às ameaças e à repressão; outras vendem porque foram ameaçadas, mas ficam com uma pequena terra para continuar cultivando alimentos, porque sabem que isso é necessário para sobreviver, ou vendem tudo e alugam um hectare, ou metade disso, para a subsistência. Por último, há as famílias que vendem tudo, e são as que mais sofrem com a perda da segurança e da soberania alimentar. De pequenos produtores com algum grau de autonomia, elas passam a ser totalmente dependentes da propriedade produtora de dendê. Assim, ficam muito mais suscetíveis à chantagem e devem aceitar todas as condições de trabalho impostas.

- No início, as plantações de dendê estavam destinadas às indústrias farmacêutica e de produção de alimentos; nos últimos anos, e com a desculpa das mudanças climáticas, acrescentou-se a para agrocombustíveis e como sequestro de carbono. Como forma de promover essas iniciativas, tanto empresários quanto autoridades do BID ou do Banco Mundial afirmam que estas plantações trazem investimentos, desenvolvimento e trabalho a zonas rurais com altos níveis de pobreza. É possível ver isso nas comunidades onde você esteve?

Os organismos financeiros internacionais estão promovendo essas monoculturas como MDL (mecanismos de desenvolvimento limpo) em países do Sul, justificando,

assim, a continuidade da poluição nos países do Norte.

A forte implementação do dendê desde a década de 90 foi promovida sobretudo pelo BID e pelo Banco Mundial, com responsabilidade direta e com esse discurso sobre o benefício. Na realidade, estão gerando trabalho escravo e provocando insegurança alimentar, conflito e morte.

Em Honduras, por exemplo, o empresário Miguel Facusé disse que o dendê oferece bem-estar e desenvolvimento à comunidade. Conversando com os trabalhadores do dendê no Baixo Aguán, eles dizem que isso foi o que lhes venderam, mas a verdade é que desde que o dendê chegou aqui, os únicos que se beneficiaram, além dos próprios empresários, são os donos de estabelecimentos comerciais, e que nunca tinha havido tanto endividamento das famílias como agora, quando quase todo mundo trabalha nas plantações de dendê.

Alguns trabalhadores refletem: “Antes, eu não tinha o dinheiro vivo que eu tenho agora, mas agora eu já não produzo os meus alimentos na minha terra”. Com o dinheiro que ganham, eles compram nas lojas vários produtos impostos pelo mercado. Mais dinheiro e mais consumo não equivalem a mais bem-estar. Além disso, o salário é tão baixo – geralmente não chega a um salário mínimo – que o dinheiro termina antes do fim do mês, e eles acabam comprando fiado na loja (por conta do próximo salário).

Com o dendê, foram gerados empregos, embora, comparativamente, sempre menos do que em outras monoculturas, como banana ou algodão, e com o problema das más condições em que se trabalha. A implantação do dendê não trouxe melhoras para as famílias dos trabalhadores nem desenvolvimento para a comunidade.

- Há mulheres trabalhando nas plantações?

As mulheres, em geral, são contratadas para trabalhar nos viveiros. Elas são contratadas no mesmo regime e horário dos homens, mas com uma diferença na remuneração, que é sensivelmente menor que a deles.

Todas as mudanças sociais descritas anteriormente (nas formas de produção, no acesso à terra, na ruptura do tecido social e familiar) repercutem de forma mais intensa e direta sobre as mulheres. Se já não se plantam alimentos na horta, é preciso comprar comida, mas se não há dinheiro ou se não dá para chegar ao fim do mês, não há comida. São as mulheres que sempre encontrem um jeito de sobreviver. As relações interpessoais na família se complicam; um homem que não trabalha ou que trabalha e é muito explorado em seu trabalho tende a transmitir essas frustrações à família e, principalmente, à mulher.

Assim, as mulheres sofrem um impacto duplo – dos efeitos diretos do trabalho nos viveiros e dos que o dendê gera sobre o núcleo familiar – que termina repercutindo mais sobre as mulheres.

- Que papel têm cumprido os governos nacionais nessa questão?

Na América Central, tem sido de total respaldo aos proprietários de terras, com o

discurso de sempre, de que traz bem-estar e trabalho. Foram promulgadas leis de trabalho temporário e por hora, nas quais um dos setores mais beneficiados foi o agrícola, principalmente plantadores de banana e dendê. Em qualquer lugar, isso acaba com os sindicatos, se eles existirem ou forem incipientes. Acaba com a possibilidade de protestos ou reivindicações, porque o trabalhador é contratado por três dias e se ele agrada, é recontratado, se não, contratam a outra pessoa.

- ¿Qual tem sido o trabalho da Rel-UITA com relação a essa problemática e quais os desafios encontrados?

A Rel-UITA deu seguimento importante ao tema das monoculturas agrícolas na América Central. O que temos visto é que onde mais houve problemas intensos, repressão, mortes e violação a todo tipo de direitos – direitos humanos no sentido mais amplo – é no dendê e na cana.

Através da cobertura jornalística, deu-se um apoio constante a trabalhadores e comunidades locais, divulgando a governos locais e à comunidade internacional os impactos dessas monoculturas sobre as pessoas. Foi assim que se conseguiram revelar alguns casos concretos como, por exemplo, a situação no Baixo Aguán. Integramos a Missão Internacional de verificação in loco para registrar a situação dos direitos humanos, que apresentou seu relatório final ao Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre outros, vinculando diretamente a expansão do dendê à violação dos direitos humanos.

Como exemplo de nossas ações, atualmente estamos organizando e convocando uma audiência pública e um seminário internacional sobre os direitos humanos no Baixo Aguán, em conjunto com organizações de direitos humanos e organizações camponesas da região. Também faremos a cobertura jornalística do evento.

Estamos totalmente comprometidos com esse tema, articulando com organizações internacionais, FIAN e WRM, entre outras, ao mesmo tempo em que é muito importante o vínculo que fomos criando e fortalecendo com organizações camponesas e de direitos humanos em cada um dos países afetados.

Início

- Brasil: eucalipto e precarização do trabalho em Mato Grosso do Sul



“Nada gosta de eucalipto. O Sr. solta um gado no eucalipto eles vai comendo por fora onde eles dizem que é reserva. Gado não gosta de eucalipto, passarinho, marimbondo. A coisa mais dura de um lugar ali desse é marimbondo, e nem marimbondo gosta de lugar de eucalipto”. (Vídeo entrevista “Manuelzão”, 1989 – Personagem da obra de Guimarães Rosa).

Início a reflexão resgatando o que está intrinsecamente conectado, embora nem sempre visível: a relação entre a expansão do eucalipto e a migração temporária – símbolo maior da precarização do trabalho. Situação que, por si, desnuda a prática

do complexo eucalipto-celulose, ancorada no discurso do desenvolvimento e progresso, uma vez que esta atividade econômica busca apoio via divulgação do seu potencial gerador de empregos, porém não revela as características do emprego criado.

Este questionamento é fundamental quando vivenciamos o caso de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, cidade alçada recentemente como “a capital da celulose”, em virtude da presença de fábricas das gigantes IP, Fibria e Eldorado Brasil. Neste município a dança dos números das contratações busca construir um imaginário coletivo onde eucalipto e emprego têm ligação direta. Para isso a imprensa local divulga com insistência os balanços do cadastro geral de empregos do Ministério do Trabalho e Emprego, a exemplo do ano de 2011 em que a economia treslagoense contratou 24.708 trabalhadores. Porém, neste mesmo ano o número de trabalhadores demitidos no município foi de 22.818, e mesmo que o saldo seja positivo, esta não deve e não pode ser a leitura principal.

O fundamental é perceber nestes números uma das características do setor eucalipto-celulose, qual seja a da instabilidade do emprego, pois se trata, em sua grande maioria, de empregos temporários. E essas indústrias instaladas em Três Lagoas contam com isenção de impostos importantes como ICMS, de IPTU, e, na fase de construção das fábricas, deixam de pagar um outro imposto chamado ISS. Somam-se a isso as enormes quantias liberadas pelo governo federal via BNDES, a última foi de R\$ 2,7 bilhões (US\$ 1,5 bilhões) para a Eldorado Brasil – sendo que a maior parte deste dinheiro é público, e provém do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

E quem são esses trabalhadores migrantes da construção civil em Três Lagoas? Vejamos o recente caso da construção da “maior fábrica de celulose do Mundo”, prevista para entrar em operação em 2014, e que pertence a Eldorado Brasil. Nela trabalham cerca de 7 mil homens, vindos do Nordeste do Brasil em sua maioria, gente desterrada e sujeita a todo tipo de vulnerabilidade. Por viverem essa migração temporária, não são nem de lá e nem de cá. Vistos com desconfiança por grande parte da população local e, em vista da baixa remuneração, esses homens acabam vivendo em “alojamentos” que, muitas vezes, lembram guetos. Neste ano, esses homens por quatro vezes romperam o silêncio com suas greves e manifestações, a denunciar ao Brasil, que neste momento são as vítimas maiores da contradição social produzida pelo modelo eucalipto-celulose. O que reivindicam? Direitos como o pagamento de salários e horas extras atrasados, melhores condições de trabalho e de moradia, maior número de folgas, melhoria no transporte que os leva ao canteiro de obra, e também à cidade, uma vez que alguns alojamentos ficam em áreas periféricas. Nota-se, ainda que nas sucessivas greves, a pauta pouco se altera e, segundo os trabalhadores, isso se explica pelo não cumprimento dos acordos firmados.

Cabe destacar que quando falamos das condições de trabalho, não se deve pensar apenas na construção da fábrica, mas também, nas áreas de plantio e tratamentos culturais do eucalipto – dentre estes a aplicação de agrotóxico. Sabe-se que são sujeitos que entram às 04h no trabalho e ganham algo em torno de um salário mínimo. Outra faceta pouco explorada é o paradoxo por trás da expansão do

eucalipto: se por um lado gera empregos (precários), por outro, gera desemprego pelo arrendamento das fazendas para o plantio do eucalipto que produz o desmonte dos retiros onde ficavam os trabalhadores da pecuária. Fruto deste processo, dezenas de famílias migraram nos últimos anos do campo para a cidade de Três Lagoas, gerando estagnação nas comunidades rurais.

Esta marca da precarização do trabalho é intrínseca ao setor florestal, ou melhor, não é um caso isolado, pois quando da construção da fábrica Horizonte da Fibria, durante os anos de 2007 e 2008, a cidade de Três Lagoas também viveu experiência semelhante. Há registros de que para baratear os custos com despesas de hospedagem para os trabalhadores da referida obra, as empreiteiras superlotavam as residências e os hotéis, com “camas que não esfriavam nunca”, deixando os trabalhadores em más condições de higiene, entre outras situações de precarização e violência. Este fato chegou a ser denunciado ao Ministério Público do Trabalho, que criou uma força-tarefa para investigar a situação. Constatou-se na época que eram mais de 120 alojamentos na cidade (entre casas residências e hotéis) ligados a aproximadamente 250 empresas contratadas pela Fibria para a construção da indústria. E muitas irregularidades foram constatadas em ações de fiscalização do Ministério Público do Trabalho, inclusive resultando na interdição de cinco alojamentos das empreiteiras.

É fato comum também, quando explodem as greves e denúncias de maus tratos aos trabalhadores e desrespeito à legislação trabalhista, as papeleiras buscarem se invisibilizar na imprensa deixando a responsabilidade para suas empresas terceirizadas e quarteirizadas, como se o projeto não fosse delas.

Por saber que este período de maior turbulência e evidenciação dos conflitos trabalhistas tende a ser superado com o avanço das obras, estas empresas garantem que as paralisações não atrasam o cronograma. Logo, centenas de novas contratações vão substituindo àqueles que resistem ao processo de exploração.

E como fica o trabalho na fase de funcionamento da fábrica do complexo eucalipto-celulose? Em tese não há paralisações, manifestações e nem greves, porque o trabalho vivo é escasso, o que se tem é um grau sofisticado de mecanização (trabalho morto), pode-se chegar a 85% de mecanização no plantio e corte do eucalipto – como alardeiam os arautos do modelo.

No Brasil não é novidade a migração dominada pelo ritmo irregular das grandes obras públicas e privadas, ao contrário, é motivo de comemoração e símbolo do progresso. Também não é nova a estratégia de naturalizar o fenômeno escamoteando as condições e os efeitos sociais desse movimento temporário de homens para o capital que os dessocializa sem ressocializar.

Porém, a história não é uma repetição de fatos, e bem por isso vemos os migrantes do presente usando as armas do seu tempo como celulares, redes sociais e jornais, a fim de denunciar sua presença explorada, mas digna a reivindicar os direitos negados no território do eucalipto.

“Já pensou, o cara trabalha 8 horas por dia de serviço, você chega no alojamento pra tomar um banho, você vai tomar banho: “cadê a água?” Aí: “pô, que vacilo do

cara, o cara tá catinguento, não tomou banho”. Aí no outro dia quando vai trabalhar: “pô”, com a farda [uniforme], volta, não tem água, aí você vai fazer o que? Vai reivindicar, nós somos seres humanos cara.” (Trabalhador do canteiro de obras da fábrica Eldorado Brasil. Entrevista concedida no dia 14/12/2011 a Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo).

Por Rosemeire A de Almeida – Profa na UFMS/Campus de Três Lagoas.

Início

- Indonésia: plantações de dendê prejudicam o direito à terra comunitária



A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é o organismo da ONU encarregado das questões que definem políticas e programas relacionados às normas de proteção dos trabalhadores.

Entretanto, o direito ao trabalho é mais amplo do que o direito a um emprego. A OIT também incorporou o conceito de Trabalho Decente, que reconhece que “o trabalho é central ao bem-estar das pessoas. Além de proporcionar renda, o trabalho pode abrir caminho para mais avanços sociais e econômicos, fortalecendo indivíduos, suas famílias e suas comunidades, mas esse progresso depende de o trabalho ser decente. O trabalho decente sintetiza as aspirações das pessoas em suas vidas profissionais.” (traduzido de ILO, http://www.ilocarib.org.tt/index.php?option=com_content&view=article&id=1096&Itemid=952).

A terra tradicional e o conhecimento associado a ela são a base material do modo de vida, da cultura e da identidade de muitas comunidades rurais. Perdendo sua terra, elas perdem o direito ao trabalho – um direito humano.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos da Indonésia e a Sawit Watch – a rede de ONGs que se opõem às plantações de dendê no país – publicaram recentemente um relatório sobre o conflito entre o direito à gestão da terra concedido pelo Estado a empresas (HGU) e os direitos humanos (HAM). O relatório *HGU & HAM: Land Use Rights and Human Rights* apresenta evidências para sustentar o argumento de que o direito de empresas à gestão de terras públicas anula os direitos humanos, que geralmente recebem menos consideração e inclusive são ignorados pelo Estado.

A seguir, apresentamos partes do relatório, editadas para produzir uma síntese dos impactos das plantações industriais de dendê sobre o direito das comunidades locais a trabalhar em suas terras.

As plantações de dendezeiros na Indonésia cobrem uma área total de 9,1 milhões de hectares, 40%, dos quais são plantações em grande escala. A estrutura da produção industrial de dendê é controlada por 27 grandes grupos, com cerca de 6.000 subsidiárias em 19 províncias. Mesmo assim, empresas estatais, como a PTPN, usam o mesmo modelo de grande escala. Além disso, o tipo de plantação desenvolvido nas terras das pessoas é o chamado plantio em plasma, ou seja,

plantações dominadas por uma empresa central. Isso significa que as plantações em grande escala respondem pela maior parte da área total.

O dendê não é uma commodity agrícola nova na Indonésia. O plantio em grande escala com fins comerciais começou em 1911, em Deli Serdang, na província de Sumatra do Norte. Depois da independência, em 1948, o plantio enfrentou algumas restrições, quando o presidente Sukarno aplicou a política de nacionalização de empresas da Holanda e de outros países. Entretanto, o setor agrícola passou por um rápido crescimento no final da década de 1980, quando o então presidente Suharto estimulou mais plantações em grande escala.

Atualmente, várias políticas decididas e implementadas pelo governo da Indonésia aumentaram a taxa de expansão das plantações de dendezeiros, como o acordo assinado com o setor empresarial para a alocação de 3 milhões de hectares de terra para esse fim, voltados principalmente à produção de biodiesel. O governo também deu incentivos na forma de instalações e verbas para revitalizar plantações e distribuir terras aos desfavorecidos, para que pudessem trabalhar e atender às necessidades do negócio de dendê.

Alguns veículos da mídia citaram o plano do governo, anunciado pelo presidente, de abrir terras em uma área total de 1,8 milhão de hectares junto à fronteira, para desenvolver a maior plantação de dendezeiros do mundo. Dados compilados pelo Sawit Watch indicam que quase todas as províncias fizeram planos de abrir e expandir terras para a plantação de dendê em até 19,8 milhões de hectares. Esse violento impulso ao negócio de dendê em grande escala está entrando em conflito com direitos consuetudinário à terra comunitária.

“No distrito de Sanggau, na província de Kalimantan Ocidental, as plantações de dendê foram estabelecidas nos subdistritos de Kembayan e Parindu. A área total de Parindu – habitada originalmente por dois grupos étnicos, os malaios e os dayaks – é de aproximadamente 59.390 hectares, sendo que a maior parte é usada para plantações de dendê no sistema de plasma.”

Os dayaks parindus têm um sistema de propriedade coletiva regido por regulamentações consuetudinárias, no qual a terra é herdada, mas o cultivo por famílias/indivíduos permanece no contexto da terra de propriedade comum ou terra comunitária. Tradicionalmente, a comunidade parindu tem usado corte-e-queima, mas esse padrão quase desapareceu devido à expansão das plantações de dendê que têm varrido florestas e terras comunitárias.

Uma das empresas de dendê é a PT.Perkebunan Nusantara XIII (Persero) ou PTPN XIII, uma corporação estatal que vem operando em Sanggau desde 1984. A empresa está envolvida no setor de agroindústrias e suas principais commodities são óleo de dendê e borracha.

A PTPN XIII invadiu a “tembawang” (agrossilvicultura) dos dayaks parindus – a área comunitária onde a comunidade tem trabalhado na terra segundo seus costumes e tem garantido seu sustento produzindo muitos tipos de plantas úteis, como espécies frutíferas. Mas os planos e as prioridades da comunidade são destruídos em segundos quando se estabelece uma plantação de dendezeiros.

Durante quase 20 anos, a PTPN operou nessa região sem a concessão exigida de qualquer empresa para cultivar terras do Estado com fins comerciais – chamada de Direitos de Uso da Terra (HGU), que é concedida por um período máximo de 25 a 35 anos.

No início, a empresa não envolveu a comunidade na plantação de dendê, e a mão-de-obra necessária era fornecida por migrantes de Java, o que gerou reivindicações da comunidade local. Sendo assim, em 1997, a empresa começou a aplicar o padrão plasma (Pir-Bun), pelo qual a comunidade dava formalmente 7,5 hectares de sua terra e receberia em troca 2 hectares de plantação de dendê. A partir dali, a comunidade teria que pagar o crédito ao banco.

Conclusões de estudos de campo na Comunidade Consuetudinária de Sanggau, em Kalimantan Ocidental, mostraram que as pessoas foram seduzidas a participar do programa de dendê em sistema de plasma pela promessa de que melhorariam suas condições de vida. Porém, membros da comunidade dayak parindu disseram que agora se davam conta de que tinham sido enganados pela PTPN XIII e que nunca desfrutaram da prosperidade prometida pela empresa. Na verdade, o resultado é que a comunidade perdeu a maior parte de sua terra.

Quando dezenas de hectares das terras comunitárias em Kalimantan Ocidental foram transferidas ao governo para ser dadas a empresas agrícolas na forma de arrendamento, mudou o status jurídico das terras, que passaram a ser propriedade do Estado. A consequência é que a comunidade consuetudinária não tem mais direito nem autoridade sobre as terras, mesmo quando expirar o prazo de arrendamento das plantações.

As práticas de aquisição de terras comunitárias para atender aos interesses do setor agrícola desencadearam protestos que, em Sumatra Ocidental, manifestaram-se na forma de ocupação/retomada de terras. Essa retomada se tornou uma forma de movimento social em resposta à tentativa de vários grupos econômicos e políticos dominantes de acabar com o direito de comunidades locais a trabalhar e viver em suas terras ancestrais.

Artigo baseado em “HGU & HAM Land Use Rights and Human Rights”, National Commission Human Rights and Sawit Watch, 2011, http://wrm.org.uy/plantations/LandUseRight_HumanRight_SW.pdf

Início

POVOS EM AÇÃO

- Apoia a luta contra Belo Monte, uma luta que ainda não acabou!

O Movimento Xingu Vivo para Sempre organizará na cidade de Altamira, Pará, Brasil, entre 13 e 17 de junho, na véspera da conferência Rio+20, um encontro chamado Xingú +23. O “23” se refere a 23 anos desde 1989 quando aconteceu um histórico encontro em Altamira que conseguiu, naquele momento, paralisar o projeto de barramento do Rio Xingú. Apesar de que a construção da hidrelétrica de Belo

Monte já começou e apesar das inúmeras irregularidades, ilegalidades e protestos, um grande grupo de ribeirinhos, pescadores, indígenas, agricultores, populações urbanas e apoiadores da luta querem se reunir durante quatro dias em uma das comunidades mais impactadas pela usina, com atividades festivas, de discussão e protestos para juntar novamente forças contra a realização desta obra que causará a devastação de 50 mil hectares de floresta amazônica, a violação dos direitos e expulsão de milhares de pessoas.

Para saber mais sobre o evento, entre em <http://www.xinguvivo.org.br/x23>

Para contribuir, clique em <http://www.vakinha.com.br/VaquinhaP.aspx?e=140562>

[Início](#)

- 5 de junio: Día de Acción Global en el camino hacia Río+20

O WRM se soma à convocatória de uma mobilização global em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, para expor e denunciar as causas estruturais das crises e as falsas soluções que aqueles que as criaram querem nos impor para refundar o capitalismo. A mobilização também visa a divulgar e promover as verdadeiras soluções dos povos para erradicar a injustiça social, econômica e ambiental.

Essa ação global será seguida de outras duas ações no marco da Cúpula, convocadas para 18 de junho contra o G20 (que nessa oportunidade se concentrará no “crescimento verde”) e na marcha da Cúpula dos Povos, em 20 de junho, a ser realizada no Rio de Janeiro e em todo o mundo.

[Início](#)

- Soberania alimentar: movimentos sociais conseguem que a FAO aceite debatê-la

Até agora, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) tratou da promoção da “segurança alimentar” e, conseqüentemente, de ações para gerar alimentos suficientes para todo o planeta. Entretanto, para vários movimentos sociais, essa definição atendeu aos interesses do agronegócio e não leva em conta quem produz o alimento, como ele é produzido e com que finalidade.

Partindo da iniciativa da Via Campesina, movimentos sociais de todo o mundo propuseram, em vez disso, o conceito de “soberania alimentar” como “precondição necessária da verdadeira segurança alimentar e como solução real para crises alimentares, climáticas e de direitos humanos fundamentais.”

A soberania alimentar se tornou uma plataforma guarda-chuva das lutas sociais e agora, os movimentos sociais tiveram uma “conquista histórica”: A FAO aceitou dar início a discussões sobre a “soberania” alimentar. Movimentos de todo o mundo apresentaram uma declaração consensual dias antes da 32ª conferência regional da FAO para a América Latina e o Caribe, realizada em Buenos Aires, de 26 a 30 de março.

“A soberania alimentar é o direito das pessoas controlarem suas sementes, sua terra, sua água e sua produção de alimentos, garantindo, através de produção local, autônoma (participativa, comunitária e compartilhada) e culturalmente adequada, coerente e complementar à Mãe Terra, o acesso a alimento suficiente nutritivo e variado, aprofundando a produção de cada nação e povo,” disseram os movimentos sociais e outros grupos e redes, na declaração da Terceira Conferência.

“A soberania alimentar é um princípio, uma visão e um legado construído por povos indígenas, camponeses, agricultores familiares, pescadores artesanais, afrodescendentes, jovens e trabalhadores rurais, e uma proposta para a sociedade como um todo,” diz a declaração.

Porém, “para que se inicie um debate profundo e para que isso se torne uma política, há um longo caminho a ser percorrido que não pode ser isolado de um necessário repensar do modelo capitalista de produção e da retirada de nosso alimento das mãos do agronegócio,” lembrou Carlos Vicente, representante da Grain, uma organização internacional que apoia agricultores e movimentos sociais. (Mais em <http://lapress.org/articles.asp?art=6630>)

Início

- Plantações de eucalipto transgênico: e já são quatro...

Há alguns meses (ver o Boletim 172 do WRM), informávamos sobre os planos da empresa Suzano Papel e Celulose S. A. – que ocupa o segundo lugar na produção de celulose de eucalipto no mundo – de investir em plantações para biomassa. A energia da biomassa é uma das respostas do mercado às mudanças climáticas, que implica a ocupação de terras e evita tratar da redução efetiva das emissões de dióxido de carbono na fonte.

Agora, chega a informação de que, em novembro de 2011, a FuturaGene Ltd. U.K., adquirida pela Suzano em 2010, obteve autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para realizar um ensaio de manipulação genética do conteúdo da lignina e da celulose daquela árvore, com o objetivo de aumentar o rendimento das plantações de eucalipto para sua utilização como biomassa. Trata-se do quarto ensaio da empresa no Brasil usando engenharia genética, apesar das denúncias sobre os graves riscos que isso implica para o meio-ambiente e a vida em geral (ver os Boletins 44, 119, 171 e vários artigos do WRM sobre o tema).

A empresa já controla 722.000 hectares de terra no Brasil, dos quais 324.000 estão cobertos de eucalipto.

Início

- Não à expansão da Veracel Celulose S.A. no Brasil!

A Veracel se expande no Brasil, com anuência oficial. A recente decisão do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), concedendo Licença Prévia para

o processo de ampliação da empresa de celulose Veracel Celulose S.A., ignora a resolução da Justiça Federal de 2008, que anulou a licença ambiental concedida à empresa em 1993. A decisão histórica exigia que a Veracel Celulose (propriedade das empresas Stora Enso e Aracruz) restaurasse a Mata Atlântica em 96.000 hectares de plantações de eucalipto estabelecidas no marco dos projetos Sucupira, Inhaíma II, Inhaíma III, Jacarandá I, Liberdade e Sapucaia, além de pagar uma indenização em dinheiro por danos ambientais e uma multa diária enquanto não cumprisse o disposto (ver o Boletim 132 do WRM).

A empresa recorreu da decisão, o que, somado ao poder econômico que ela tem na região, reduziu o ritmo do processo, sem solução até hoje.

Em uma exposição de motivos, diversas organizações sociais convocam a assinar uma carta (http://wrm.org.uy/paises/Brasil/Carta_Veracel_Suzano_Fibria.html) que pede às autoridades competentes, entre outras coisas, a anulação da licença prévia que permite a ampliação da fábrica de celulose e a expansão de monoculturas de eucalipto no Estado da Bahia e a suspensão das plantações, o redirecionamento dos investimentos do BNDES e de outros bancos nacionais à agricultura familiar e à soberania alimentar, bem como a demarcação e a titulação de terras das comunidades tradicionais indígenas, afrodescendentes e ribeirinhas que sofrem os impactos do agronegócio.

Para assinar a carta, envie uma mensagem a cepedes@cepedes.org.br até o dia 5 de junho

[Início](#)

- Projeto Ejolt apresenta relatório sobre o MDL na África

O Ejolt (Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade) é um projeto ambicioso de colaboração entre 23 entidades ativistas e integrantes do âmbito acadêmico para mapear os conflitos sobre a distribuição ecológica e produzir material que sirva às organizações de justiça ambiental em sua luta contra as injustiças ambiental e social (ver www.ejolt.org).

No marco do trabalho do Ejolt, foi publicada recentemente uma análise crítica com estudo de caso sobre o papel cumprido pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) na África. O MDL é um mecanismo concebido dentro do Protocolo de Kyoto, da Convenção sobre a Mudança Climática, que permite aos países poluidores do Norte investir em projetos que supostamente levariam à redução de gases do efeito estufa em países do Sul. Mas o que fez foi beneficiar as grandes empresas (do Norte e do Sul) e os governos que estas influenciam e os quais frequentemente controlam, com a África do Sul como caso ilustrativo.

O relatório [The CDM in Africa Cannot Deliver the Money \(PDF\)](#), produzido pela Universidade do Centro KwaZulu-Natal para a Sociedade Civil e pelo Projeto de Pesquisa sobre Justiça Climática do Instituto Dartmouth, explica porque o MDL é um fracasso.

Numerosas fontes de emissões de carbono na África – como a queima de gás derivada da extração de petróleo, a combustão de carvão para eletricidade, o desmatamento, para citar algumas – exigem uma atenção urgente, assim como a proliferação de “falsas soluções” para a crise climática – como as megarepresas, as plantações industriais de árvores ou os agrocombustíveis. O MDL financia essas atividades perigosas com fins lucrativos em toda a África, tornando-as mais rentáveis para as multinacionais, a maioria com sede na Europa, nos Estados Unidos ou na África do Sul.

Mais uma vez, quem acaba sendo prejudicado são as comunidades, assim como os trabalhadores e os ambientes locais. Mas surgiram diferentes tipos de resistência, que, em alguns casos, enfrentam a repressão ou a cooptação através de estratégias do tipo “divide e vencerás”.

O relatório pode ser lido em inglês em
<http://climateandcapitalism.com/files/2012/04/CDM-Africa-Cannot-Deliver.pdf>

[Início](#)
